

“Contrato é contrário à quebra de monopólio”

Fernando Henrique teria designado Clóvis Carvalho para acompanhar o caso, diz o governador Marcello Alencar

Rodrigo Mesquita e Christiane Martinez
de Rio

O presidente Fernando Henrique Cardoso se comprometeu, com o governador do fluminense, Marcello Alencar, a analisar o contrato assinado entre a Petrobrás e a OPP-Petroquímica, para a constituição da Companhia Nacional de Produtos Petroquímicos (CNPP). Numa reunião no Palácio do Planalto Fernando Henrique, revelou Alencar, designou o ministro chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, para acompanhar o caso. “O encontro com o presidente não poderia ter sido melhor” disse o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gou-

vêa Vieira, que acompanhou o governador a Brasília.

Alencar foi recebido, extra agenda, por Fernando Henrique no Palácio do Planalto. O governador aproveitou uma reunião já marcada pelo coordenador de programas federais no Rio, Rafael de Almeida Magalhães, para expor ao presidente suas críticas ao acordo entre a estatal do petróleo, a Odebrecht, o grupo Ultra e o grupo Itaú, no qual os dois últimos participam apenas como intervenientes. “O contrato merece uma atenção especial porque tem uma cláusula de privilégio que contraria toda a política de quebra do monopólio no setor”, disse ele.



Marcello Alencar

O governador se refere, especificamente, às cláusulas de números 5, 8 e 9 do contrato. A primeira diz que qualquer investimento

futuro na área petroquímica de qualquer um dos parceiros na CNPP terá que ser aprovado pelos demais sócios. A segunda explica que as iniciativas de negócios individuais serão admitidas somente após um processo de consultas internas onde todos os demais membros terão prioridade para se associar nas empresas.

A cláusula 9, porém, praticamente inviabiliza essa aparente liberdade ao dizer que as contravérsias que não forem solucionadas internamente terão que ser decididas na Justiça. Segundo alguns observadores, essas amarras, na prática, impossibilitam qualquer negócio isolado.

“Não posso aceitar a volta do monopólio. Isso é a volta da autarquia Brasil”, afirmou o governador. Alencar está particularmente preocupado com a expansão do pólo Gás Químico do Rio que depende da Petrobras e de futuras parcerias com as empresas que participam do projeto. “O Joel Rennó não chegou a nos procurar, o que é muito estranho e não é bom. Não é justo uma coisa dessa importância logo agora que acabamos de aprovar o pólo Gás Químico”, disse o governador.

A reunião em Brasília se estendeu por quase duas horas. Segundo o porta voz Sérgio Amaral, não se tratou de outro assun-

to que não o do contrato. Amaral, porém, não admitiu que o presidente tenha assumido qualquer compromisso com o governador fluminense. Segundo o porta-voz, esse é um assunto a ser resolvido na órbita do Ministério das Minas e Energia.

Marcello Alencar estava acompanhado, além de Gouvêa Vieira e de Rafael de Almeida Magalhães, do secretário de Indústria e Comércio, Márcio Fortes. Gouvêa Vieira, segundo Alencar relatou, também, os receios do setor petroquímico na qualidade de diretor-superintendente da Ipiranga Petroquímica, uma das empresas que poderão ser afetadas por essa operação.